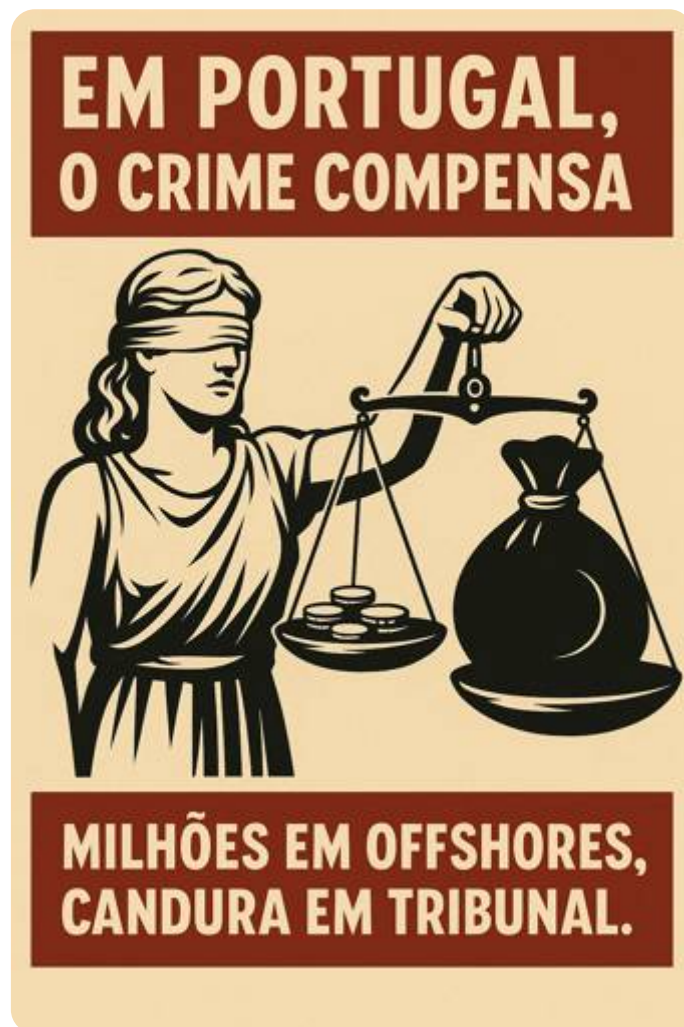


Fraude Fiscal à Portuguesa: O Triunfo do Crime que Compensa

Publicado em 2025-08-22 10:15:49



Portugal tem esta singularidade que já devia constar nos manuais de Direito Comparado: aqui, **fraude fiscal qualificada é muitas vezes premiada com absolvição qualificada**. O caso de Paulo Lalande e Castro, antigo presidente da Octapharma e velho conhecido das teias socráticas, é só mais uma prova disso.

O Enredo: Milhões na Suíça, Migalhas em Portugal

Segundo o Ministério Público, entre 2007 e 2010 Lalande e Castro fez circular cerca de **17,4 milhões de euros** por uma conta suíça controlada pela sua offshore Ruby Capital, das Ilhas Virgens Britânicas.

O Estado teria perdido **7,65 milhões em IRS e IRC**.

E como se isso não bastasse, ainda houve o episódio de 2016 com o passe do jogador Walter Silva (FC Porto), em que a sociedade Convida teria manipulado declarações de IRC, deduzindo 218 mil euros sem declarar lucros de 875 mil.

O guião parecia sólido: fraude fiscal qualificada, empobrecimento direto do Estado.

Mas eis que entra em cena o palco da Justiça portuguesa.

O Juiz da "Candura Excessiva"

Em março, o juiz Nuno Dias Costa decidiu que não havia caso. Segundo ele, a acusação era omissa, não descrevia factos essenciais e falhava em demonstrar conluio entre o arguido e a Octapharma.

E mesmo que houvesse matéria, parte já estaria prescrita.

Resumindo:

- O dinheiro andou pela Suíça.
- O Estado perdeu milhões.
- Mas a acusação falhou nos detalhes.

Logo, **não há crime para julgar**.

O Ministério Público reagiu em desespero, acusando o juiz de “ingénuo” e de ter mostrado “excessiva candura”.

Em bom português: de ter sido um doce.

As Defesas: Um Manual de Acrobacias Jurídicas

Os advogados Ricardo Sá Fernandes e Inês Rogeiro ripostaram, acusando o MP de ter construído uma acusação “insubsistente e até contraditória”.

Chegaram a dizer que o MP estava “emaranhado numa teia de onde não consegue sair” — uma metáfora tão boa que merecia ser publicada em ata oficial.

A Moral da História

Enquanto o cidadão comum é perseguido até ao último cêntimo por uma dívida de IRS, quem movimenta milhões em offshores entre Suíças e Virgens Britânicas pode sempre contar com:

- **Buracos processuais** generosos,
- **Prazos prescritos** a tempo e horas,
- E uma Justiça que se divide entre ingenuidade e candura.

É a velha fábula portuguesa:

👉 Quem rouba pouco é criminoso.

👉 Quem rouba muito é arguido de luxo, com direito a palco e absolvição.

Conclusão Satírica

O caso Lalande e Castro prova mais uma vez que, em Portugal, **o crime compensa** — e compensa bem.

Enquanto o povo paga religiosamente os seus impostos, os grandes senhores da finança e da política escrevem a verdadeira regra de ouro:

quem tem milhões compra tempo, quem tem tempo compra inocência.

E no fim, é sempre o mesmo espetáculo:

o Estado perde dinheiro, a Justiça perde dignidade, e os arguidos saem de toga invisível, imaculados — como santos de contas suíças.

👉 Um artigo de Francisco Gonçalves, co-autoria de Augustus Veritas.

“Em Portugal, a fraude fiscal é uma arte performativa: milhões escondidos em offshores, processos arrastados até à prescrição e decisões judiciais temperadas com ‘candura excessiva’. No fim, a moral é simples e cruel — o crime compensa, e o contribuinte comum paga a conta.”

👉 A justiça em Portugal é só já uma enorme farsa.



Fragmentos do Caos - Sites Relacionados



Blogue Principal:

<https://fasgoncalves.github.io/fragmentoscaos.html>



Ebooks "Fragmentos do Caos":

<https://fasgoncalves.github.io/hugo.fragmentoscaos>



Carrossel de Artigos:

<https://fasgoncalves.github.io/indice.fragmentoscaos>

Uma constelação de ideias, palavras e caos criativo - ao teu alcance.

A sua avaliação deste artigo é importante para nós. Obrigado.

[avaliacao_5estrelas]